



Fundado em 1875
Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1958)

Conselho de Administração
Presidente
Aurélio de Almeida Prado Cidade

Membros
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Júlio César Mesquita
Patrícia Maria Mesquita
Roberto C. Mesquita

Opinião
Diretor de Opinião: Ruy Mesquita
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Informação
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editor-Chefe Responsável: Roberto Gazzi

Administração e Negócios
Diretor Presidente: Sílvio Genesini
Diretor de Operações: Rubens Prata Jr.
Diretor Financeiro: Ricardo do Valle Dellape
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

NOTAS & INFORMAÇÕES

A reforma do processo civil

Criada pelo Senado e coordenada pelo ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a comissão de juristas encarregada de elaborar o novo Código de Processo Civil (CPC) concluiu em dezembro a primeira parte de seu trabalho, definindo as diretrizes para simplificar e agilizar a tramitação das ações judiciais. O anteprojeto será redigido em janeiro e, entre fevereiro e março, o texto será submetido a consulta pública. Se o cronograma for mantido, a comissão poderá concluir seu trabalho no final do primeiro semestre de 2010.

Editada em 1973 pelo regime militar, a legislação processual em vigor não acompanhou o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e se encontra em descompasso com a realidade social e econômica do País. Ao valorizar o chamado “garantismo jurídico”, ela acabou pecando pelo excesso de formalismo e pelo alto número de recursos que permitem às partes juntar aos autos todo tipo de documento. Isso provoca a lentidão dos processos, congestionando as diferentes instâncias do Judiciário.

Nas causas em que sabem de antemão que serão derrotados, por exemplo, os advogados mais experientes apresentam recursos protelatórios, com o objetivo de adiar indefinidamente o julgamento ou protelar a execução da sentença. Como afirmam os juristas, o código em vigor abre espaço para que os advogados se manifestem a cada milímetro avançado pelo processo. “A cada espirro do juiz cabe um recurso”, diz a relatora da comissão, Teresa Alvim.

Segundo estimativa do Conselho Nacional de Justiça, tramitavam nas varas judiciais do País, no final de 2008, cerca de 45 milhões de processos. Desse total, 783 mil encontravam-se parados há mais de cem dias, à espera de um simples despacho. Em vários tribunais existem ações que estão tramitando há mais de vinte anos. A comissão encarregada de elaborar o novo CPC quer que o prazo médio de tramitação de um processo judicial seja de apenas dois anos. “Hoje o valor *celeridade* é mais importante do que o valor *segurança*”, diz o ministro Fux.

Entre as inovações propostas pela comis-

são há a sugestão de aplicação de multas para os advogados que apresentarem recursos com propósitos meramente protelatórios. Há, também, medidas concebidas para estimular os juízes de primeira instância a seguir a jurisprudência firmada em seus respectivos tribunais e a valorizar os precedentes judiciais. Nas ações repetitivas, ou seja, que tram- tam de casos idênticos, esses magis- trados serão obrigados a aplicar as súmulas vinculantes editadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O anteprojeto também limita drasticamente a interposição de re- cursos antes da sentença de primei- ro grau, admitindo somente os pedi- dos de urgência, por meio de limina- res. “A ideia é fazer com que as par- tes acreditem mais na possibilida- de de ganhar a causa, deixando para recorrer apenas após a sentença”, afirma Fux.

Uma das medidas mais importantes para descongestionar a Justiça é a proposta de “co- letivização” das chamadas demandas de mas- sa. A intenção é evitar a multiplicidade de ações individuais que tratam de um mesmo tema, como, por exemplo, os processos de

consumidores contra concessionárias de ser- viços telefônicos. Além de contribuir para uma drástica redução do número de ações em tramitação nas instâncias inferiores do Judi- ciário, essa medida tem a vantagem de evitar decisões discrepantes sobre a mesma maté- ria tomadas pelas Justíças estaduais.

Algumas inovações apresentadas na comis- são foram concebidas especificamente para desafogar o STJ, onde tramitam mais de 250 mil processos. Uma das sugestões é o fim das ações que discutem na Corte a fixação de ho- norários advocatícios. Pela proposta, essa res- ponsabilidade ficará a cargo dos tribunais de instâncias inferiores. Outra proposta dá ao STJ competência para analisar matérias sus- citadas no recurso especial, ainda que não te- nham sido apreciadas em primeira e segunda instâncias. Hoje, quando há alguma questão nova nesse tipo de recurso, a Corte é obriga- da a enviar os autos novamente para a primei- ra instância, o que é um contrassenso.

Desde a aprovação da Emenda Constitucio- nal 45, a reforma da legislação processual era apontada como o principal desafio da moder- nização da Justiça. Ele poderá ser finalmente vencido em 2010.

Endividamento pessoal

Em cinco anos, au- mentou de 10 mi- lhões para 23 mi- lhões o número de pessoas com dívidas superio- res a R\$ 5 mil, segundo o Siste- ma de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central. Até agora, não preocupava o cres- cimento dos financiamentos, pois o Brasil está entre os paí- ses com baixa relação entre o crédito e o PIB. Mas, a partir de agora, será melhor que endi- vidade e renda pessoal cam- inhem mais próximos, para evitar um recrudescimento da inadimplência.

O crédito em geral expan- diu-se muito, passando de 25% do PIB, em fins de 2003, para 45,9% do PIB, em outu- bro – e já é projetado em mais de 50% do PIB, em 2010. O cré- dito tornou-se um fator decisí- vo para a aceleração do ritmo da economia.

Com informações prove- nientes dos bancos e de agen- tes financeiros, além de compa- nhias hipotecárias, agências de fomento, leasing e coopera- tivas de crédito, o SCR passou a avaliar de perto o endivida- mento dos clientes e os riscos para as instituições. O balan- ço, até o momento, é favorável.

Após a crise global, os ban- cos reduziram a oferta de cré- dito às empresas, com a exce- ção das grandes companhias, e aumentaram os empréstí- mos às pessoas físicas. Entre setembro e outubro, o crédito às pessoas jurídicas cresceu 1,4% e às físicas, 1,9%. Entre ja- neiro e outubro, o porcentual de aumento do crédito indivi- dual quase dobrou em relação ao crédito às empresas – e a tendência tende a permane- cer, graças aos aumentos reais

dos vencimentos do funciona- lismo público, do salário míni- mo, das aposentadorias e dos salários de grande parte dos trabalhadores do setor priva- do, que estimulam a tomada de empréstimos e a antecipa- ção do consumo.

Conforme os dados do SCR, não mudou muito o número dos maiores tomadores de cré- dito: são cerca de 4 milhões de famílias, cujas dívidas são da ordem de R\$ 430 bilhões. Nos últimos anos, muitos trocaram dívidas de alto custo, como o cheque especial, o cartão de crédito e os empréstimos pes- soais, por outras mais baratas,

As famílias devem tomar mais cuidado ao pensar em empréstimos

como o crédito consignado e as operações de crédito imobiliário. Assim puderam reduzir o valor das prestações. Em muitos casos, a mudança per- mitiu quitar dívidas antigas e onerosas e recuperar a capaci- dade de tomar crédito.

Entre outubro de 2004 e ou- tubro de 2009, as operações de crédito consignado passaram de 39,1% para 65,7% do total do crédito às pessoas físicas, enquanto o crédito pessoal tradi- cional caía de 60,9% para 34,3%. O crédito consignado teve custo médio de 27,2% ao ano, em outubro, segundo da- dos do Banco Central, menor que a média de 45,7% do con- junto de empréstimos às pes- soas físicas. Os grandes ban- cos dão preferência ao crédito consignado devido ao baixo ris- co de calote, pois o desconto

das prestações é feito na fo- lha de pagamentos das em- presas ou dos órgãos públi- cos. Além disso, segundo analistas, há uma tendência de aumento dessas opera- ções feitas por aposentados, que dependem dos benefí- cios da Previdência para custear planos de saúde e a compra de remédios.

Para reduzir riscos, gran- des bancos têm evitado as operações com não clientes, dos quais cobravam juros elevadíssimos, sem exigir garantias. Essa fatia de mer- cado passou a ser disputada por pequenos e médios ban- cos. Mas têm crescido as operações com cartões de crédito, que substituem em- préstimos pessoais ou o cré- dito direto ao consumidor. O maior risco é o uso do limi- te rotativo dos cartões, que cresceu 33% em 12 meses, até outubro. São operações lucrativas para os bancos, mas danosas para os clien- tes que não sabem fazer a conta dos juros escorchan- tes que lhes são cobrados.

Ainda são moderados os níveis de inadimplência, de 8,1%, em outubro, meio pon- to de porcentagem mais do que em outubro de 2008 e abaixo do nível mais alto de 8,6%, alcançado em maio.

Com a expectativa de au- mento do emprego e da ren- dência em 2010, é previsível no- va elevação dos níveis de crédito. Estima-se que os brasileiros com dívidas te- nham, hoje, em média, um endividamento inferior a 40% da renda. É convenien- te que o endividamento não ultrapasse esses níveis, pa- ra evitar um surto de inadimplência.

O MEC e os cursos jurídicos

Após a realização do Exame Nacional de De- sempenho dos E s t u d a n t e s (E n a d e) e m 2006, o Ministério da Educa- ção constatou que 89 cursos de direito tiveram graves pro- blemas pedagógicos. Conce- deu, então, o prazo de um ano para que as entidades mante- nedoras apresentassem pla- nos circunstanciais de melho- rias. Agora, o Ministério da Educação divulgou o primeiro balanço do grupo especial en- carregado de avaliar as medi- das tomadas, como aumento do acervo das bibliotecas, mo- dernização das instalações físi- cas, redefinição das linhas de pesquisa e contratação de mais professores com título de mestre ou doutor.

A supervisão dos 89 cursos reprovados – quase todos man- tidos por instituições particula- res – teve início em 2007, quan- do o MEC montou um grupo de especialistas em direito pa- ra supervisionar o setor, inte- grado por técnicos da Secreta- ria de Ensino Superior (Sesu) e por representantes da Comis- são Nacional de Ensino da OAB e da Associação Brasilei- ra de Ensino de Direito.

Preparado pela Sesu, o rela- tório do grupo de supervisão ainda é parcial e envolve so- mente 14 cursos, dos quais ape- nas 5 conseguiram melhorar o desempenho acadêmico em re- lação aos resultados do Enade de 2006. Os 9 cursos restantes continuaram reprovados pelos critérios do MEC e poderão ser punidos. Cinco podem ser obrigados a suspender a reali- zação de exames vestibulares no próximo ano, a reduzir o nú- mero de vagas e a não aceitar

novos alunos. E os outros 4 re- ponderão a processos adminis- trativos que podem resultar em seu fechamento, por falta de qualidade.

Uma das instituições repro- vadas é a Faculdade de Ciên- cias Sociais Aplicadas, da cida- de de Diamantino (MT), admi- nistrada pela família do presi- dente do Supremo Tribunal Fe- deral, ministro Gilmar Men- des. Numa escala de 0 a 5, seu curso de direito ficou com a no- ta 2, no Enade, e as medidas to- madas para suprir as deficiên- cias, nos últimos dois anos, fo- ram consideradas insuficien- tes pelas comissões de fiscali-

Há muitos cursos de direito sem as mínimas condições pedagógicas

zação da Sesu.

Antes de começar a aplicar as sanções anunciadas, a Sesu deu o prazo de 15 dias para que as mantenedoras dos 9 cursos de direito reprovados apresen- tem sua defesa e expliquem por que os planos de melhoria acertados há dois anos com o MEC acabaram não dando cer- to. “Se não for apresentado na- da de novo na defesa, a tendên- cia do MEC é fechar esses cur- sos”, afirma a secretária de En- sino Superior, Maria Paula Dallari. Sanções semelhantes foram aplicadas entre 2008 e 2009 pela Sesu a faculdades de medicina reprovadas no Enade. Elas também tiveram de suspender os vestibulares e reduzir o número de alunos.

Existem cerca de 1.120 cur- sos jurídicos em todo o País. O número é considerado excessi-

vamente alto – com uma popu- lação bem maior que a nossa, os Estados Unidos, por exem- plo, têm menos de 200 faculda- des de direito. Atualmente, as faculdades brasileiras estão formando 50 mil bacharéis por ano, em média, e o mercado de serviços legais, disputado por mais de 600 mil advogados, há muito tempo está saturado. Se- gundo dados do Instituto Na- cional de Estudos e Pesquisas Educacionais, entre 2007 e 2008 a média era de 1 estuda- nte de direito por 173.410 habi- tantes. Entre os professores de direito, apenas 10% fizeram cursos de especialização ou de pós-graduação. Além de não te- rem treinamento em pedago- gia ou pesquisa, muitos profes- sores limitam-se, em suas au- las, a apresentar aos alunos o que costumam fazer no cotidia- no de seus escritórios ou nos tribunais, como advogados, promotores ou juízes.

A proliferação de faculda- des de direito começou na dé- cada de 1990. Estimulados pe- lo crescimento do número de formandos do ensino médio, os empresários da educação in- vestiram na criação de cursos superiores que dispensavam investimentos em laboratórios e equipamentos especializa- dos. Como a oferta de vagas acabou excedendo em muito a procura, os empresários sacri- ficaram a qualidade dos cur- sos para abaixar as mensalida- des e atrair alunos. Os resulta- dos foram desastrosos. Não resta ao MEC outra saída a não ser punir os cursos reprovados com sanções adminis- trativas e ameaças de fechamen- to. A política está correta, mas a melhora dos cursos reprova- dos no Enade ainda vai demo- rar muito tempo.

ATENÇÃO: As cartas devem ser enviadas com assinatura, identificação, endereço e telefone do remetente e poderão ser resumidas. O Estado se reserva o direito de selecioná-las para publicação. Correspondência sem identificação completa será desconsiderada.



estadao.com.br

Leia mais cartas
http://www.estadao.com.br/opiniao/opi_forumleitores.0.htm

lógicos, idem. Aguardemos aon- de irá parar essa desgovernada nau dos insensatos.
EDISON RIBEIRO PEREIRA
edisonribeiro@hotmail.com
São Paulo

● Parabéns pelo editorial. O Bra- sil não é Tarso Genro nem Paulo Vannuchi, nem precisa que a OAB engrosse o coro de ex-guerrilhei- ros solidários com teses que não farão bem ao País. O que de fato ocorreu após a reconciliação na- cional promovida pela Lei de Anis- tia é que os militares se recolhe- ram à sua missão constitucional e muitos da luta armada, hoje “pro- tegidos” por essa lei e pelo manto da democracia, querem subverter a paz, a ordem de tudo o que con- quistamos até então e abrir feridas sob a sua exclusiva ótica dos

fatos que ocorreram na época da ditadura militar. Não é de hoje que os srs. Vannuchi, Genro e ou- tros ex-guerrilheiros que cercam Lula tentam de uma forma ou de outra criar fatos inaceitáveis pa- ra a grande maioria da sociedade brasileira, pautados somente na sua própria ideologia e justifica- dos apenas por seu passado. Po- demos citar o apreço que têm por governos autoritários e violentos, como o de Cuba, e por crimino- sos, como Cesare Battisti. Seria muito mais produtivo para o Bra- sil que eles e a OAB se preocupa- sem com os continuados desres- peitos aos direitos humanos do povo brasileiro, que cotidianamen- te sofre com o precário atendi- mento médico, com a lentidão da Justiça, nas prisões, e com a vio- lência urbana, que atinge a todos

Começa o ano e o meu salário de aposentado diminui mais...”

Sergio Lopes Pereira de Mello
slpmello@ig.com.br
São Paulo

indiscriminadamente. E vamos lembrar que não foi pela mão dele nem pelas armas que se pro- moveu a democratização do País. Foi pelas lideranças políticas de fato interessadas nesse propósito e pelo movimento popular. Aliás, a luta armada nunca levou ne- nhum país à democracia, leva é a outro tipo de autoritarismo.

MANOEL SEBASTIÃO DE A. PEDROSA
link.pedrosa@uol.com.br
São Paulo

Cega vendeta

O sr. Vannuchi agora diz que “não é contra os militares”. É, sim! Sempre foi e sempre será, a me- nos que o verde-oliva da farda se- ja recheado por um cubano, cujo regime ditatorial, aliás, violador contumaz dos direitos humanos (pelo menos 28 jornalistas estão presos na ilha de Fidel por “crime de opinião”, sem falar no restan- te dos presos políticos), não mere- ce uma criticazinha sequer desse estranho justiceiro dos direitos humanos do governo Lula. Além de revanchista e sectário, é inimi- go da verdade histórica, que, para ele e seus cúmplices de caçada militante, tomados de cega vende- ta, sem medo nem respeito à Lei de Anistia, só pode e deve transi- tar pelo lado esquerdo da Histó- ria. A pergunta que não quer ca-

lar: por que os srs. Genro e Van- nuchi, sempre incendiários de primeira hora dentro do próprio governo que dizem apoiar, insis- tem em querer pôr fogo na admi- nistração Lula da Silva?

PAULO BOCCATO
pofboccato@yahoo.com.br
São Carlos

Sobre a verdade

Interessante a preocupação do ministro de Direitos Humanos em restabelecer a *verdade* e a *justiça*, revogando a Lei de Anistia. Gosta- ria de saber se os generosos re- cursos gastos com indenizações para elementos da minoria que agitava o País poderão ser revis- tos e ressarcidos à população bra- sileira, que sofreu as consequên- cias de sua militância aguerrida.

FREDERICO RICARDO HRDLICKA

frh@techmaster.ind.br
Cotia

● A Comissão da Verdade, mais um mafuá *lullo-petista*, tem como premissa a mentira.

A. FERNANDES
standyball@hotmail.com
São Paulo

Decreto 7.061

Que coincidência! No apagar das luzes de 2009, em 30/12, o governo Lula publicou o Decre- to 7.061, que obriga os cinemas a apresentar filmes nacionais. *Lula, o Filho do Brasil* estreou em 1.º de janeiro de 2010. Sórdido!
M. CRISTINA DA ROCHA AZEVEDO
crisrochazevedo@hotmail.com
Florianópolis